

## CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: notas prolegominais

Luiz Carlos dos Santos

A efetividade fiscal, sob o aspecto gerencial e social da Contabilidade Governamental é assunto muito discutido nos dias atuais. A polêmica é oportuna porque os técnicos e gestores públicos estão ficando sensibilizados com a importância do alcance e da publicidade social dos registros e demonstrações contábeis dos órgãos públicos brasileiros.

A prestação de contas, além de estar sendo vista pelo lado da formalidade requerida pelos órgãos de controle público interno e externo; há a tentativa de torná-la um meio de comunicação direta com determinados segmentos da sociedade civil que reivindicam informações físicas e financeiras das realizações governamentais. Por outro lado, há também uma preocupação dos gestores públicos na busca de apoio na sociedade organizada para o exercício do controle das contas públicas, pois a fiscalização institucional não está conseguindo contribuir para o equilíbrio fiscal da administração pública.

Cabe estabelecer um paralelo entre os serviços prestados pelos profissionais contábeis com as demandas de informações da sociedade. Percebe-se, a partir de dados de pesquisas recentes divulgados no Congresso Brasileiro de Contabilidade, que existe um distanciamento entre a publicidade oficial e a prática de divulgação institucional apregoada pela *accountability*. Esta expressão da área de ciências sociais aplicadas, sem tradução literal para o português, significa prestação de contas e responsabilização dos atores sociais, numa forma de compartilhamento do processo decisório da gestão pública com a sociedade.

A maioria dos entes governamentais tem sérias dificuldades em transformar suas prestações de contas oficiais em informações acessíveis, confiáveis e de fácil entendimento pelos cidadãos comuns, interessados nas realizações dos investimentos e serviços públicos, na capacidade operacional e tecnológica da administração governamental e, sobretudo, na falta de vontade política por parte de alguns administradores públicos em divulgarem seus demonstrativos contábeis e financeiros.

No que concerne à consistência e veracidade dos relatórios contábeis, apesar de ainda conterem algumas retificações recorrentes que comprometem parcialmente a exatidão dos demonstrativos publicados, observa-se a evolução na qualidade dos dados destacando-se a partir da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) a prestação de contas concomitante ao exercício financeiro.

Em relação à dificuldade de entendimento dos relatórios de finanças públicas, constitui-se um antigo problema que ainda perdura no meio da comunicação dos entes públicos. A Contabilidade Governamental continua, infelizmente, apesar dos esforços empreendidos no sentido de torná-la acessível ao público em geral, pouco entendida e difundida pelo leigo e, sobretudo, por determinados segmentos da sociedade que compartilham com o setor público na decisão de alocar os recursos fiscais. Isso pode ser constatado também na academia, quando nas matrizes curriculares de Ciências Contábeis é atribuída reduzida carga horária para os conteúdos programáticos voltados para a Contabilidade Pública, implicando o desinteresse por parte dos alunos e, em consequência, comprometendo na área em questão a formação dos futuros bacharéis no Brasil.

Dessa forma, essa falta acentuada de conhecimento social, sobre os demonstrativos contábeis públicos, interfere na busca da eficácia da transparência fiscal, preconizada pela LRF, pois o exercício do controle social e fiscal no governo constitui-se na maior tentativa de equilibrar as finanças públicas.

Por conta desse cenário em que se encontra a aplicabilidade gerencial da Contabilidade Governamental e do calor das discussões acerca do assunto, torna-se de grande valia repensar o papel social do profissional em Contabilidade, tendo em vista a relevância de sua contribuição social para o exercício da prática da cidadania. Silva Júnior (2005) afirma que a responsabilidade do contador é extensiva ao aperfeiçoamento da transparência fiscal e social do setor público e dos parceiros privados investidores nas finanças estatais.

Saliente-se a necessidade de estimular a evidenciação dos demonstrativos contábeis, inclusive utilizando as melhores estratégias de publicidade oficial e comunicação social disponíveis no mercado, para que se obtenha o imprescindível apoio dos segmentos da sociedade organizada no controle e otimização da aplicação dos recursos públicos.